

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	O CONCEITO DE JUSTIÇA FORA DO CÂNONE						
AUTORIA	MATHEUS MEOTT SILVESTRE					DISCENTES Nº MÁX.	10
SUPERVISÃO	DANILO SARDINHA MARCOLINO					DISCENTES Nº MÍN.	6
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO ALVO	Acadêmicos de Direito e áreas afins						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR036 / GRDDIR039 / GRDDIR041 / GRDDIR049 / GRDDIR065 / GRDDIR081	PERÍODO	2024.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Conceito de Justiça elaborados fora do cânone da filosofia tradicional.						
PROBLEMA	<p>A tradição jusfilosófica brasileira valoriza o conceito de Justiça como um problema fundamental a ser compreendido. Contudo, o problema é quase que exclusivamente abordado a partir da literatura ocidental legatária de autores da filosofia socrática, da tradição medieval católica, do Iluminismo e do liberalismo e suas críticas desenvolvidas nas sociedades europeia e americana. Assim, outras manifestações do conceito de Justiça são relegadas a segundo plano, quando sequer são estudadas no meio acadêmico.</p> <p>Os alunos poderão escolher quais conceitos de Justiça pretendem abordar, sendo alguns exemplos: a literatura filosófica oriental e africana; manifestações religiosas de povos originários; concepções de Justiça desenvolvidas em grupos sociais marginalizados; etc.</p>						
PRODUTO	Os alunos produzirão, com auxílio da supervisão, materiais curtos apresentando de maneira didática e objetiva essas manifestações do conceito de Justiça, podendo se utilizar das mais variadas fontes, como publicações acadêmicas tradicionais, entrevistas, músicas, poesias, lendas, mitos, manifestações religiosas, etc. O produto poderá posteriormente servir como material didático para a disciplina de Teorias da Justiça, bem como ser divulgado em meios eletrônicos como fontes de pesquisa. Portanto, é fundamental que o resultado do trabalho de pesquisa, embora objetivo e didático, satisfaça as exigências acadêmicas, indicando fontes, servindo assim de ponto de partida para pesquisas sobre o tema.						
OBJETIVO	Apreender conceitos sobre Justiça que se manifestam fora do cânone tradicional da filosofia jurídica ocidental.						
METODOLOGIA	Estudo de casos. Análise do processo argumentativo e apresentação em formato acessível de argumentação quantitativa e estatística dentro do contexto de tomada de decisão judicial.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.						
	X Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.						
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.						
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	X Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.						
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.						
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.						
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.						
X Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
Outras:							

PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))

ATIVIDADE	TEMA
1	Apresentação do Field e introdução ao problema a ser enfrentado.
2	Seleção dos temas pelos discentes.
3	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
4	Apresentação das pesquisas pelos discentes.

5	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
6	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
7	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
8	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
9	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
10	Apresentação das pesquisas pelos discentes.
11	Apresentação da prévia do produto.
12	Apresentação da prévia do produto.
13	Apresentação da prévia do produto.
14	Apresentação da prévia do produto.
15	Revisão de produto final, relatório e poster (ii).
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos. Vilassar de Dalt: Icaria Editorial, 2013. GRANESS, Anke. Concepts of Justice in Africa: Past and Present. In: UKPOLO, Isaac (ed.). Themes, Issues and Problems in African Philosophy. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. YOUNG, Iris Marion. Justice and the Politics of Difference. Princeton: Princeton University Press, 1990.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	GÓES, Luciano. Por uma justiça afrodiaspórica: Xangô e as mandingas em busca do reconhecimento da dignidade humana negra. Revista Culturas Jurídicas, v. 8, n. 20, mai/ago, p. 487-512, 2021. GRUBITS, Sonia; SORDI, Ariana. Pesquisas nas Comunidades Indígenas: relações de justiça e igualdade. Bol. Acad. Paulista de Psicologia, v. 37, n. 92, p. 11-23, 2017. LIU, Jianhong. Asian Paradigm Theory and Access to Justice. Journal of Contemporary Criminal Justice, v. 32, n. 3, p. 205-224, 2016.

